CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE (CEDCA/SC)

Lei Estadual N.º 12.536, de 19/12/02; Decreto Regimento Interno N.º 802, de 12/04/96
Avenida Mauro Ramos, 722 – Centro – Florianópolis – SC –
CEP: 88020-300 – (48) 3664-0795

4
5

6

7

8

ATA DA PLENÁRIA DE AGOSTO DE 2017

9 Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, o Conselho
10 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina
11 (CEDCA/SC) reuniu-se em Assembleia Ordinária, na sala de reuniões Darcy
12 Ribeiro da SST, às 13h30min, com a presença dos seguintes Conselheiros:
13 Governamentais - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR: Laenio
14 Pescador, Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC: Adriana Polli da Silva,
15 Secretaria de Estado da Educação – SED: Viviane Silva da Rosa, Secretaria de
16 Estado de Justiça e Cidadania – SJC: Iza Maria do Rozário de Andrade,
17 Secretaria de Estado da Saúde – SES: Halei Cruz, Secretaria de Segurança
18 Pública – SSP/PM: Arlene Sousa da Silva Villela, Secretaria de Estado de
19 Turismo, Cultura e Esporte – SOL: Juliano Ricardo Zimmermann; e Não
20 Governamentais - Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT:
21 Graziela C. Luiz Damacena Gabriel, Associação de Atendimento à Criança e ao
22 Adolescente – COMBEMTU: Janine Cristini Koenig de Lima, Bairro da
23 Juventude dos Padres Rogacionistas: Jaime Rodolfo Navarro Soto, Centro de
24 Direitos Humanos e Cidadania "Irmã Jandira Bettoni- CDHC: Maria Odete da
25 Costa, Comunidade Terapêutica Casa da Restauração – CTCR: Jorge Leandro
26 Medeiros e Eduardo Vaz Franco Domingos, Fórum Catarinense Pelo Fim da
27 Violência e Exploração Sexual Infante Juvenil - FPFVESIJ: Lizandra Vaz
28 Salvadori, Instituto Paternidade Responsável - IPR: Rosane Magali L. Wiggers,
29 Organização Casa dos Sonhos – OCS: Roberto Cesar dos Santos Luiz e Ézio
30 Jévis Manoel, e Organização Mundial de Educação Pré - Escolar - OMEP-BR-
31 SC: Elaine Paes e Lima. Também estiveram presentes: os Adolescentes: Mateus
32 Alves dos Santos e Victória Lugres Meyer (CCEA), efetivando o protagonismo
33 infantojuvenil neste Conselho Estadual, Juraci Siqueira (RENAPSI) e Neylen
34 Junckes (SJC/CASE de Florianópolis). Iniciando os trabalhos, a Coordenadora
35 Geral Arlene Sousa da Silva Villela dá boas vindas a todos os presentes,
36 solicitando aos presentes que receberam e leram a pauta da última reunião se
37 tinham algum ponto a destacar para a posterior aprovação, sendo que a
38 conselheira Adriana fez um apontamento clamando aos demais conselheiros
39 estaduais que abracem a causa da criança e do adolescente com garra e
40 compromisso, investindo em leituras inerentes à causa que o CEDCA defende.
41 Após sugestões e discussões foi aprovada a ata da plenária de julho, por
42 unanimidade, uma vez todos os (as) conselheiros (as) receberam esta por e-mail
43 e tiveram a oportunidade de se manifestarem quanto à redação. Dando sequência
44 a plenária com quórum suficiente para aprovar as deliberações, a Coordenadora
45 informa aos conselheiros presentes que foi solicitado apoio ao CEDCA pelo
46 Ministério Público do Trabalho do Ceará para encaminhamento de adolescente

47 de Joaçaba, a fim de representar o Santa Catarina em evento naquele Estado. No
48 entanto, devido à intempestividade que ocorreu a solicitação, e considerando que
49 a representação não seguia trâmites de conhecimento dos demais conselheiros,
50 foi informado ao Ministério Público do Ceará, a impossibilidade dado o prazo
51 para publicidade das tratativas, e transparência no processo, sendo o adolescente
52 informado para buscar junto ao Conselho Municipal de Direitos de Joaçaba onde
53 reside maiores informações, bem como para esclarecer a forma com fora
54 indicado, para que pudesse ser apreciado possível apoio por esta plenária. Dando
55 continuidade a Coordenadora Geral Arlene passou a palavra a Coordenadora
56 Adjunta Elaine que relatou sobre a audiência que participou juntamente com a
57 Senhora Maria Elisa de Caro, Diretora da Diretoria dos Direitos Humanos/SST,
58 com o Dr. Artur Nitz - Delegado Geral da Polícia Civil/SC, realizado no dia 14
59 de agosto, onde foi abordado sobre relação entre Delegados de Polícia e os
60 Conselheiros Tutelares, uma vez que a questão está ficando insustentável, ou
61 seja, Delegados de Polícia prendendo e processando Conselheiros por não
62 quererem cumprir as determinações dos mesmos. Isso significa que há
63 necessidade urgente de esclarecer aos delegados de polícia que “a atribuição do
64 Conselheiro Tutelar não é acompanhar o adolescente na Delegacia em razão do
65 ato infracional”, inclusive uma discussão profunda na formação dos Delegados e
66 demais policiais civis, do papel do Conselheiro Tutelar. Na sequência, a
67 Conselheira Elaine relata também sobre o Encontro Nacional convocado pelo
68 CONANDA, ocorrido nos dias 7 e 8 de agosto de 2017 em Brasília,
69 representando o CEDCA/SC, onde foram tratadas as Resoluções 191/198/199
70 daquele órgão, abordando a importância do protagonismo juvenil. Falou também
71 sobre a sugestão do CONANDA em realizar Caravanas pelos Direitos da
72 Criança e do Adolescente no próximo ano, ressaltando que não participou da
73 discussão, pois precisou se ausentar, considerando retorno, uma vez que
74 participaria do CONGRESSUL em Blumenau. Na oportunidade frente à
75 Resolução 178/CONANDA, que trata do Protagonismo juvenil, ressaltando que
76 a Coordenação do Conselho articulará uma reunião com o jovem Yuri de Lages,
77 que já representou o Estado de Santa Catarina no Conselho Nacional o
78 protagonismo infanto-juvenil, bem como Guilherme Cechelero (Itajaí),
79 profissional que vem nestes últimos anos trabalhando o tema “Protagonismo
80 Infanto juvenil, no território catarinense, com a finalidade de “construirmos uma
81 proposta para cumprirmos com nosso papel, frente a referida Resolução,
82 considerando a importância do protagonismo juvenil”. A Conselheira Janine,
83 reforçou a importância da participação de adolescentes no comitê nacional. A
84 Conselheira Elaine também pontuou que deve ser inicialmente desencadeado o
85 processo pelo CEDCA, divulgando, articulando, fortalecendo o protagonismo
86 infantojuvenil. A conselheira Viviane da SED, ressaltou que o Conselho já conta
87 com a participação de dois adolescentes eleitos em Assembleia do
88 FÓRUMDCA/SC, no mês de abril, sendo porta voz dos Adolescentes
89 catarinenses. Dando seqüência à plenária a Conselheira Elaine lembrou que 95
90 municípios possuem e já encaminharam ao Conselho Estadual, seu Plano

91 Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. A
92 coordenadora Arlene, seguindo a pauta, informou sobre a deliberação da mesa
93 em indicar, conforme solicitação do CONANDA, representante para participar
94 da Oficina Nacional, para tratar da nova plataforma do SIPIA CT, sendo
95 indicada a Conselheira e Presidente da ACCT Graziela Cristina Luiz Damacena
96 Gabriel, devido a atual representante a Senhora Lúcia Grisel Barreto, estar
97 acumulando diversas outras atividades na SST, conforme pontuando pela
98 Diretora Maria Elisa, na plenária de maio, destacando que é humanamente
99 impossível tratar de capacitações por todo Estado, o que levou a Mesa
100 Coordenadora a indicar à SST, a indicar a Conselheira supracitada que ficará
101 responsável de pelo SIPIA- CT em Santa Catarina, como coordenadora técnica
102 do SIPIA CT, bem como todo o processo de articulação, implantação, avaliação,
103 acompanhamento e capacitação estadual aos Multiplicadores Regionais do
104 SIPIA, prevista para o final de setembro deste ano, como já deliberado em
105 reunião plenária do CEDCA. A Conselheira Odete agradeceu publicamente a
106 Coordenadora Elaine, elogiando sua disposição e que se sente segura em tê-la
107 representando o CEDCA nestes encontros nacionais e estaduais, e que o faz
108 voluntariamente, por isso é que está de parabéns. Ainda sobre a reunião com o
109 Delegado Geral da Polícia Civil, este solicitou à ACCT ofício com registros
110 dessas denúncias envolvendo conselheiros tutelares e policiais civis, sendo
111 lembrado também sobre os casos como a eleição do Conselho Tutelar de
112 Biguaçu e a intervenção do Ministério público, sendo sugerido que na formação
113 dos policiais civis, fossem abertos espaços para tratar do tema envolvendo as
114 atribuições dos conselheiros tutelares. O Conselheiro Tutelar de São Pedro de
115 Alcântara presente na plenária ressalta que também tem respondido processos
116 abertos pelo delegado de seu município. A Conselheira Viviane reforça sobre a
117 necessidade de auxílio a estes conselheiros tutelares. Esta também indagou à
118 plenária que, em a Secretária Executiva do CEDCA, Senhora Lídia, estando
119 afastada do trabalho por ter se submetido à cirurgia do ombro, “como seria
120 elaborada a ata?”, sendo informada que as Coordenadoras Arlene e Elaine
121 estavam acumulando esta função, de pontuar e redigir a ata desta reunião. A
122 Senhora Juraci Siqueira apresentou-se na reunião, para informar do projeto que
123 atua chamada Rede Aprendiz. Sobre o Congressul a Coordenadora parabenizou
124 a excelente coordenação do evento, sendo unânimes as manifestações dos
125 conselheiros que participaram deste importante evento, realizado de sete a nove
126 de agosto em Blumenau. A Coordenadora Adjunta Elaine, lembrou dos elogios
127 do Senhor Julio Fontoura, representando a Associação dos Conselheiros
128 Tutelares Nacional, que enalteceu o caráter científico do CONGRESSUL e que
129 levará como proposição para o Congresso Nacional dos CTs a referida proposta.
130 Foi apresentado um vídeo elaborado pelo Conselheiro Roberto, contratado pela
131 ACCT, para gravar todas as ações do Congressul, bem como a sugestão de
132 criação de espaços na internet para a divulgação do CEDCA. MOMENTO DAS
133 COMISSÕES: Comissão de Orçamento e Finanças e de Normas: a Comissão
134 ressalta o processo de discussão sobre o objeto do Edital, passando a palavra

135 para a Assessora Convidada, senhora Neylen Bruggemann Bunn Junckes,
136 convidada para contribuir com a Comissão na definição do Objeto do edital,
137 considerando seu profundo conhecimento e experiência na área do Sistema
138 Socioeducativo no território catarinense, ressaltando na oportunidade, que o
139 referido edital está em estudo pela referidas comissões, necessitando aprofundar
140 estudo, para posterior apresentação ao Conselho, uma vez que a Comissão
141 estava aguardando a regulamentação da Lei Federal 13.019. O Conselheiro
142 Juliano informou que foi vereador, atuou em causas referentes às medidas
143 socioeducativas no município, destacando o quão são importantes as audiências
144 públicas para dar publicidade e transparência às ações, bem como envolver a
145 comunidade no tema. Na oportunidade é apresentado o novo Gestor do FIA,
146 Senhor Honorato Tomellin, que, em sua fala, se dispõe a contribuir com o
147 Conselho na Captação de Recursos para o FIA, destacando sua experiência
148 profissional como engenheiro. Nada mais havendo a tratar, a sessão plenária foi
149 encerrada pela Coordenadora, que agradeceu a presença de todos, nós
150 Secretárias ad doc, lavramos a presente ata.